

## **Andanças do Patrimônio Cultural**

Ipahan / Auditório Heloísa Alberto Torres

19 de setembro de 2025

9h às 18h

## EIXO 1

**Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada.**

### *Diretrizes*

Estruturar o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural nos territórios para articular o pacto federativo pela preservação do Patrimônio Cultural, estabelecendo divisão de competências e responsabilidades entre os entes na gestão do patrimônio.

Criar e fortalecer instâncias de participação e controle social das políticas de patrimônio e promover mecanismos de gestão compartilhada do Patrimônio Cultural, com a inclusão de organizações, grupos e comunidades detentoras.

Realizar mapeamentos, diagnóstico e monitoramento permanente, com vistas ao aperfeiçoamento contínuo das políticas de patrimônio cultural.

Promover a integração e a articulação do Patrimônio Cultural no conjunto da política cultural e com os outros setores de políticas públicas.

Promover o desenvolvimento e qualificação de capacidades dos agentes públicos e sociedade civil para a preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural.

*Perguntas geradoras: Quais os principais desafios para a construção e ampliação de redes e gestão participativa no território?*

*Como melhorar a atuação conjunta e compartilhar a responsabilidade pela gestão do Patrimônio Cultural entre órgãos federais, estaduais e municipais?*

Desafios	Oportunidades
Compartilhar responsabilidades com o Distrito Federal, como em relação ao Conjunto Urbanístico de Brasília	Coleção Patrimônio para Jovens, como publicação que procura outras referências culturais não necessariamente reconhecidas pelos órgãos de proteção
Promoção conjunta de outras dimensões do patrimônio cultural, como bens imateriais	Mapeamento geral de fazedores da cultura no território, como o TED do Iphan com a UnB
Falta de informações sobre quem está trabalhando com a cultura e o patrimônio cultural	Mecanismos de participação social, como Conselhos, deveriam ser deliberativos, com funções executivas.
Imprecisão na ou ausência de definição de papéis e responsabilidades na preservação do patrimônio.	Descentralizar a política pública para as cidades que compõem o Distrito Federal.
Instâncias de participação, como o CONDEPAC no DF, não funcionam como poderiam, porque há poucos incentivos à participação mais efetiva.	Capacitação, sensibilização e divulgação do patrimônio cultural e da cultura, de forma geral.

CONDEPAC é de participação voluntária, diferentemente do CONPLAN. A ausência de incentivos inibe a participação da sociedade civil.	Criar incentivos à participação social.
Editais, hoje, não contemplam mestres e fazedores da cultura em especificidades. Não é possível, por exemplo, reformas de suas sedes e casas, onde surge a cultura.	Capacitação e sensibilização específicas de gestores em relação ao tema.
Escolas não estão preparadas para receber artistas e fazedores, pela incompreensão em relação ao que fazem e a como fazem – por discriminação.	Marcos legais são importantes, mas acordos com matrizes de responsabilidades, cronogramas de ação, diagnóstico dos problemas e equipes direcionadas são ainda mais fundamentais.
Manutenção dos espaços culturais organizados pela sociedade civil.	Fortalecer espaços e redes já existentes nos territórios, como Martinha do Coco, no Paranoá, Boi do Seu Teodoro, em Sobradinho, e a ARUC, no Cruzeiro.
Cumprir todas as exigências burocráticas de Editais, em paralelo à execução de outras ações.	Aproveitar a formação inicial do(a) docente no tema do patrimônio e da cultura, desde a graduação, para além da formação continuada.
Consolidar a educação patrimonial e mesmo o patrimônio cultural como um tema de trabalho.	Ampliar esforços de participação social, com aproveitamento de novas tecnologias digitais e sociais.
Sensibilizar a rede de ensino e as comunidades sobre o valor do patrimônio como uma forma de produção de sentido sobre a vida.	
Estabelecer trabalho contínuo nas escolas, com foco em educação patrimonial e nos sentidos localmente produzidos.	
Fortalecer a linguagem simples como meio de acesso ao patrimônio.	
Manutenção de estruturas de Estado voltadas ao patrimônio cultural e à articulação intersetorial, com equipes de trabalho instáveis e mal remuneradas.	
Fragmentação da política pública de patrimônio, sem diretrizes claras encampadas pelo Estado.	
Impedimentos legais ao pagamento de participação em Conselhos.	

Tamanho e relevância da política cultural na organização do Estado.	
<b>EIXO 2</b>	
<b>Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização.</b>	
<i>Diretrizes</i>	
Garantir que o Patrimônio Cultural seja representativo da pluralidade e diversidade cultural brasileira, por meio de políticas que promovam a visibilidade de grupos e territórios minorizados historicamente.	
Promover acessibilidade ao Patrimônio Cultural e às políticas de preservação, via políticas de inclusão e equidade.	
Reforçar e promover, pelas vias da educação e da difusão, o papel do Patrimônio Cultural na valorização de identidades, na construção de uma sociedade plural e diversa, na promoção de valores democráticos e antirracistas, no desenvolvimento humano e social, e na construção da cidadania.	
Promoção dos direitos vinculados ao Patrimônio Cultural.	
Focalização das políticas no território, com a observância das peculiaridades regionais e adaptações necessárias.	
<i>Perguntas geradoras: Quais os principais desafios para se garantir a representatividade, acessibilidade, equidade e democracia nas políticas de patrimônio no território?</i>	
<i>Como ampliar e garantir a representatividade, acessibilidade, equidade e democracia nas políticas de patrimônio no território?</i>	
<b>Desafios</b>	<b>Oportunidades</b>
Desconhecimento sobre os objetivos e limites das políticas públicas da cultura.	Promoção de prêmios, editais e iniciativas de reconhecimento da pluralidade e da transversalidade
A cultura de editais é, em si, um entrave a muitos grupos excluídos da concorrência, por desconhecimento ou não familiaridade com o instrumento.	Instituições realizarem busca ativa nos territórios, para que as instâncias sejam também instrumentos pedagógicos de estímulo à participação.
Editais estabelecem a concorrência como forma de diálogo entre os grupos, dificultando	Contratação de consultoria, no GDF, para escrita de projetos culturais.

entendimentos de que agentes formam uma rede e compõem territórios.	
Limitação do tempo de apresentações e brincadeiras em decorrência dos mecanismos de financiamento.	Mapeamento de agentes locais, com estímulo via mecanismos criativos à participação e uso de linguagem adequada aos destinatários.
Quebrar barreiras e rótulos dados aos agentes da cultura popular, ainda hoje associados a algo menor.	Busca ativa por formas alternativas de construção de políticas inclusivas.
Editais refletirem a realidade das manifestações culturais como hoje são feitas.	Publicização das políticas culturais, com tradução dos termos e formas de ação segundo a linguagem dos territórios.
Não transformar a linguagem simples e a acessibilidade como mecanismos redutores da complexidade da cultura popular.	Estabelecimento e definição precisa de valores fundamentais para a promoção de ações financiadas pelo Estado.
Os editais empobrecem, nos moldes como estão, a complexidade das manifestações da cultura.	Aprofundar a democratização dos espaços de produção da política de Estado, com poderes descentralizados à sociedade.
	Criação de mecanismos de financiamento contínuo de agentes da cultura.
	Dar visibilidade às ciências populares e tentar incorporá-las na forma de se fazer política pública.
	Descentralizar a educação patrimonial para os territórios, com fortalecimento do pertencimento e dos vínculos de memória e identidade com os bens culturais.
	Fomentar espaços e formas de ocupação representativos, no conjunto das políticas públicas de cultura e do patrimônio cultural.
	Fortalecer a relação de instituições de defesa dos direitos culturais com a escola, para facilitar o acesso de estudantes e professores(as) aos espaços culturais.
	Criar metodologias de sensibilização da comunidade, para sua aproximação com a perspectiva do patrimônio cultural.
	Mobilizar órgãos do Estado a mudar sua linguagem de produção e comunicação da política pública.
	Facilitar acesso a transporte de estudantes e agentes culturais a espaços educativos e de

	cultura, não somente os reconhecidos ou geridos pelo Estado.
	Incluir agentes culturais na definição dos valores próprios da política pública.



### EIXO 3

**Fazendo a Roda Girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade.**

#### *Diretrizes*

Instituir políticas permanentes de investimento no patrimônio cultural, promovendo a desconcentração de recursos e a diversidade de fontes e mecanismos de fomento e financiamento

Promover o patrimônio cultural como fator de desenvolvimento sustentável por meio do fortalecimento de suas cadeias produtivas.

Fomentar a sustentabilidade econômica de detentores e trabalhadores do patrimônio cultural, fortalecendo as condições materiais de produção dos bens culturais e a dignidade dos seus agentes.

*Perguntas geradoras: Quais os principais desafios para a geração de renda a partir do Patrimônio Cultural?*

*Como promover a sustentabilidade econômica do Patrimônio Cultural no território?*

<b>Desafios</b>	<b>Oportunidades</b>
Os valores destinados ao patrimônio cultural, nos Editais e Fundos da Cultura, são irrisórios.	Direcionamento de recursos específicos à cultura a partir da regulação da atividade produtiva de cultura ou vinculados ao risco ao patrimônio, como pensado com o streaming.
Há risco de a segmentação da política pública da cultura em campos temáticos ser prejudicial à política do patrimônio cultural, pela desvalorização simbólica de ações relacionadas.	Aproveitamento da política fiscal e de mecanismos como o Direito de Construir como formas de incentivo à preservação e à conservação de bens edificados (a exemplo do <i>heritage floor</i> , existente em Sidney, Austrália).
Ausência de fundo para desenvolvimento de políticas culturais no DF, como previsto em Lei, e de mecanismos específicos para a promoção do patrimônio cultural.	Criação de mecanismos de transferência de renda a mestres(as) da cultura.
Ausência de regulamentação de dispositivos do PPCUB que estabelecem áreas especiais de interesse cultural.	Desenvolvimento de ações educativas de valorização e compartilhamento do conhecimento de mestres(as).

Descontinuidade da política pública de cultura e sazonalidade dos recursos a depender da conjuntura política.	Um fundo do patrimônio cultural deve contar com mecanismos redistributivos, para atender de forma democrática todos os bens culturais, inclusive aqueles sob responsabilidade de agentes hipossuficientes.
Falta de transparência no uso de recursos pela Finatec voltados à preservação do patrimônio arqueológico.	Fortalecimento do diálogo com SECEC, UnB, ICMBIO, Ibram (Instituto Brasília Ambiental), para desenvolvimento de ações conjuntas de promoção do patrimônio cultural e aproveitamento de recursos já direcionados da União a instituições com obrigações de preservação.
	Criação e fortalecimento de parcerias interinstitucionais para a superação de obstáculos e fragilidades específicos de órgãos (assessoramento técnico, definição de normativas e programas, gestão compartilhada, etc.)



## EIXO 4

**Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática.**

### *Diretrizes*

Estabelecer e consolidar a gestão de riscos como um fator estratégico de gestão do Patrimônio Cultural, com vistas a garantir a sustentabilidade do patrimônio, especialmente considerando o cenário de emergências climáticas e ambientais.

Planejar, desenvolver e implementar estratégias para fortalecer a resiliência e adaptação climática do Patrimônio Cultural, visando reduzir os impactos de desastres e eventos extremos climáticos.

Reconhecer, fortalecer, valorizar e fomentar os modos de vida e conhecimentos de grupos e comunidades detentoras e relacionadas ao Patrimônio Cultural, as quais promovem o bem viver, uma relação sustentável com o meio ambiente, de modo a enfrentar a injustiça climática e o racismo ambiental.

*Perguntas geradoras: Quais as ameaças enfrentadas pelo Patrimônio Cultural diante da emergência climática no território?*

*Como e quais mecanismos podem ser criados para adaptação climática do Patrimônio Cultural?*

*Como construir e quais ações devem constar na agenda de Desenvolvimento Sustentável e Patrimônio Cultural no território?*

<b>Desafios</b>	<b>Oportunidades</b>
Reduzir as desigualdades atravessadas pelo racismo ambiental e pela diferença de arborização do CUB em relação às outras RAs do DF.	Criação de um plano de manejo da vegetação do CUB.
Ausência de ou dificuldades de participação das comunidades na formulação de políticas para o território.	Inserção do campo da cultura nos esforços políticos de debate sobre os Planos de Enfrentamento e Adaptação às Mudanças Climáticas.
Sensibilização de gestores(as) para a relevância da conservação preventiva como forma mais efetiva, econômica e ambientalmente justa de preservação do patrimônio.	Vincular o patrimônio cultural ao território, como meio de conexão com mestres(as) e fazedores(as) da cultura, fortalecendo os espaços onde são realizadas e formadas as culturas.
	Criação de mecanismo de concessão/transferência de renda a mestres(as) da capoeira e a outros(as) da cultura.
	Aproveitar potencial turístico dos bens culturais, com real distribuição de recursos a fazedores(as) da cultura.
	Fortalecimento de parcerias entre Iphan e Conselhos de Cultura e de Meio Ambiente.
	Criação de rotas de conhecimentos e saberes do território, pela articulação entre diferentes órgãos.
	Criação de calendário de promoção do patrimônio cultural nas escolas, com participação do Iphan e de outros órgãos ligados à cultura, inclusive os Conselho, como forma de promover a relação entre identidade e território.
	O Sistema pode ser um fórum de cooperação técnica (como, onde, quando e com quem atuar) entre entes federativos na promoção dos direitos culturais do território e na superação de dificuldades/carências individuais dos órgãos de Estado.



## Registo geral de ocorrências e falas

1. O Evento foi iniciado às 9h35, no Auditório.
2. Foram disponibilizados QR Codes para lista de presença e com o Caderno Metodológico.
3. A abertura foi realizada pelo Superintendente.
4. Thiago deu as boas-vindas e agradeceu a presença das organizações. Comemorou a oportunidade de construção de uma rede de mobilização em prol do patrimônio.
5. Cejane falou em seguida. Agradeceu a presença dos(as) participantes e indicou a intersectorialidade da proposta e como isso se comunica mais diretamente com a realidade do DF. Abordou a estrutura geral da proposta do Andanças e, especificamente, o desenho de trabalho com temáticas: povos quilombolas, povos indígenas, licenciamento ambiental. O desafio maior é a construção do Sistema Nacional do Patrimônio, com expectativa de ser publicado via decreto, e de um Plano Setorial, dentro do Plano Nacional de Cultura.
6. Leandro começou sua fala pedindo para que membros da sociedade civil se apresentassem. As apresentações foram de:
  - a. Tico Magalhães / Seu Estrelo
  - b. Isabela / Seu Estrelo
  - c. Wilde / Andar a Pé | Comentou que a Associação foi quem reivindicou o registro da faixa de pedestres como patrimônio cultural imaterial do DF, até o momento sem decreto por parte do GDF.
  - d. Fernanda / UnDF (Produção cultural) | A Universidade possui uma disciplina de Patrimônio Cultural
  - e. Jéssica Paulino / Secretaria de Audiovisual do MinC
  - f. Beatriz Couto / ICOMOS
  - g. Cláudio Silva / Câmara do Patrimônio Cultural
  - h. Flávia Portela / Prefeita do Setor de Diversões Sul (CONIC)
  - i. Patrícia Fleury / SEDUH
  - j. Marielle Costa / IBRAM
  - k. Juliana Paula / Assessoria de Participação Social e Diversidade do MTUR | Câmara Temática de Incentivo à Visitação de Povos Tradicionais do MTUR

## I. João / ICOMOS

7. Em seguida, agradeceu a disponibilização do tempo dos(as) participantes e indicou que o propósito é ampliar a escuta daqui para o Sistema. Explicou que essa é uma iniciativa da União, em particular do Executivo Federal, por parte do MinC. A política de patrimônio foi ampliada ao longo do tempo, com diversificação de perspectivas em relação aos bens culturais. Deu o exemplo do Decreto 3551, de 2000, de criação de uma política de registro dentro do Iphan, medida inovadora em contexto internacional, recepcionada em 2003 pela Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, da Unesco. O Iphan trabalha cada vez mais com a conjugação de perspectivas em torno dos bens culturais: “não é possível falar de tombamento sem pensar as acepções em torno dele; com a arqueologia, dá-se o mesmo”. Frisou o marco da CF 88 como o texto que demarcou direitos culturais. Acrescentou que as políticas públicas têm mais êxito quando trabalhadas em torno de um Sistema, como é o caso do SUS. Isso não foi o que ocorreu com a política do patrimônio. Mencionou os dilemas relacionados ao patrimônio, com problemáticas relacionadas à expansão urbana, à conservação de bens, ao desenvolvimento econômico, à defesa do legado de detentores(as) e mestres(as) da cultura e à promoção de ações de educação patrimonial. Comentou que o reconhecimento do bem cultural não implica transferência de propriedade dele para o Iphan, isto é, nada que é reconhecido pertence ao Iphan, mas à sociedade. Ponderou que a política do patrimônio seria ainda melhor se cada estado e município tivessem políticas direcionadas à promoção dos direitos culturais, seja por meio de fundações, de secretarias, de editais e de leis de incentivo. Mencionou os obstáculos vividos por artistas e detentores diante da falta de compreensão do que é patrimônio, com dificuldades vividas na ocupação de espaços públicos e na promoção de suas atividades em geral. O Sistema do Patrimônio visa responder a isso, acolher essas dificuldades, pensando em soluções. O DF conjuga as competências de Estado e Município e isso pode facilitar os trabalhos de consolidação dos direitos culturais. Ainda assim, a Lei Orgânica da Cultura segue mal implementada, sem, por exemplo, a criação de uma Fundação. Os editais, também, são pouco popularizados, em relação ao potencial que carregam.

8. Laís assumiu a Mediação, com a apresentação projetada.

9. Explicou as características fundamentais do Sistema. O propósito é criar um mecanismo de articulação e rede, construído sobre bases participativas e com um horizonte compartilhado de ações e projetos voltados à cultura. A projeção é que seja realizado, a cada dois anos, um Fórum de gestão do sistema, que sirva como instância de debate sobre os termos de sua composição. Prevê-se, ainda, que seja criado um Fórum intergestores, como locus de pactuação de normas, recursos e políticas relacionados ao Sistema. A participação social é um pré-requisito de formação dele. Entende-se que a União pode, de início, prestar assistência técnica e formação para estados e municípios na construção de uma política de caráter efetivamente nacional do patrimônio cultural. Isso não implica que o Iphan transbordará sua política aos outros entes, mas participará, como coordenador, da construção de uma política comum.
10. Sistemas que funcionam efetivamente dependem de fontes e formas de financiamento. E dependem, adicionalmente, de meios de produção da informação e de gestão do conhecimento em relação ao que é implementado. Em Minas Gerais, há a Lei Robin Hood, que obriga municípios a prestarem contas de políticas culturais em execução e funciona como mecanismo de decisão sobre quais localidades receberão mais ou menos recursos de impostos para a continuidade da implementação.
11. Um dos objetivos do Andanças é levantar subsídios para a construção do Plano Nacional e do Sistema, surgido mais uma vez como uma demanda da Conferência Nacional de Cultura. Outro é incentivar que estados e municípios criem planos subnacionais e criem uma agenda transversal e intersetorial sobre o patrimônio. Pretende-se, além do mais, mobilizar a criação e fortalecer as redes de detentores, com participação direta delas no ciclo de políticas públicas. Por fim, é objetivo criar diretrizes e prioridades da Política e do Sistema.
12. Todo esse processo é acompanhado por um Grupo Executivo, com participação de municípios, estados e órgãos do Governo Federal.
13. A escuta dará origem ao material que, em outubro, será submetido à Consulta Pública em outubro.

14. A proposta do Andanças está dividida em 4 eixos: institucionalização do Sistema; democratização do patrimônio cultural; fomento e renda; e desenvolvimento sustentável e emergência climática.
15. Laís expôs cada um dos Eixos, a partir da leitura de Maurício. Expôs em seguida as perguntas geradoras.
16. Thiago foi o primeiro a comentar. Desafio 1: compartilhar responsabilidades com o Distrito Federal, como em relação ao Conjunto Urbanístico de Brasília. Desafio 2: promoção conjunta de outras dimensões do patrimônio cultural, como bens imateriais. Oportunidade 1: Coleção Patrimônio para Jovens, como publicação que procura outras referências culturais não necessariamente reconhecidas pelos órgãos de proteção.
17. Wilde. Desafio 1: Imprecisão na ou ausência de definição de papéis e responsabilidades na preservação do patrimônio cultural. Desafio 2: Instâncias de participação, como o CONDEPAC no DF, não funcionam como poderiam, porque há poucos incentivos à participação mais efetiva. A última ata do CONDEPAC disponível online é de 2023, isto é, há muito pouca transparência. Oportunidade 1: O Conselho deveria ser deliberativo, com funções executivas. Oportunidade 2: Descentralizar a política pública para as cidades que compõem o Distrito Federal.
18. Beatriz. Representa o ICOMOS, mas é também servidora da Cultura, no GDF, há 18 anos. Oportunidade 1: Capacitação, sensibilização e divulgação do patrimônio cultural e da cultura, de forma geral. Oportunidade 2: Criar incentivos à participação social. Desafio 1: CONDEPAC é de participação voluntária, diferentemente do CONPLAN. A ausência de incentivos inibe a participação da sociedade civil. Oportunidade 3: Capacitação e sensibilização específicas de gestores em relação ao tema. Oportunidade 4: Marcos legais são importantes, mas acordos com matrizes de responsabilidades, cronogramas de ação, diagnóstico dos problemas e equipes direcionadas são ainda mais fundamentais.
19. Tico. O território precisa ser valorizado. Desafio 1: Editais, hoje, não contemplam mestres e fazedores da cultura em especificidades. Não é possível, por exemplo, reformas de suas sedes e casas, onde surge a cultura. Desafio 2: Escolas não estão preparadas para receber artistas e fazedores, pela incompreensão em relação ao que fazem e a como fazem – por discriminação. Desafio 3: Manutenção dos espaços

culturais organizados pela sociedade civil. | A cultura não é feita para o mercado, é feita pela e para a comunidade. | Oportunidade 1: Fortalecer espaços e redes já existentes nos territórios.

20. Luênia. Desafio 1: cumprir todas as exigências burocráticas de Editais. Desafio 2: Consolidar a educação patrimonial e mesmo o patrimônio cultural como um tema de trabalho. Desafio 3: Sensibilizar a rede de ensino e as comunidades sobre o valor do patrimônio como uma forma de produção de sentido sobre a vida. Desafio 4: Estabelecer trabalho contínuo nas escolas, com foco em educação patrimonial. Desafio 5: Fortalecer a linguagem simples como meio de acesso ao patrimônio.
21. Thiago. Cita o Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Educação e a existência da GEAPLA. Desafio 1: Manutenção de estruturas de Estado voltadas ao patrimônio cultural e à articulação intersetorial, com equipes de trabalho instáveis e mal remuneradas.
22. Marielle. Na Coordenação de Educação Museal, a busca é sempre por integrar a sociedade civil na formulação de políticas públicas. Desafio 1: Fragmentação da política pública de patrimônio, sem diretrizes claras encampadas pelo Estado. Desafio 2: Impedimentos legais ao pagamento de participação em Conselhos. Desafio 3: Tamanho e relevância da política cultural na organização do Estado. Oportunidade 1: Aproveitar a formação inicial do(a) docente no tema do patrimônio e da cultura, desde a graduação, para além da formação continuada. Oportunidade 2: Ampliar esforços de participação social, com aproveitamento de novas tecnologias digitais e sociais.
23. Wilde. Exemplo da Agência Nacional de Águas, em que o Conselho é deliberativo. Acrescentou o exemplo do CONPLAN, do GDF, com a mesma característica. Oportunidade 1: Aprofundar a democratização dos espaços de produção da política de Estado, com poderes descentralizados à sociedade.
24. Laís finalizou o Eixo 1, indicando que é necessário que o MinC crie convergências na sua atuação. Marielle acrescentou que as universidades precisam estar nesse processo.
25. Laís indicou que o Sistema prevê que os conselhos são, formalmente, deliberativos.
26. Foi dado início ao Eixo 2 às 11h10.

27. Thiago comentou que a transversalidade é uma agenda do patrimônio desde a base. Na edição do Prêmio Rodrigo deste ano, com o tema do Território, o Iphan-DF recebeu ações que são completamente invisíveis ao Iphan. Oportunidade 1: Promoção de prêmios e iniciativas de reconhecimento da transversalidade.
28. Marielle. A inércia é a prática das convocatórias. Oportunidade 1: Instituições realizarem busca ativa nos territórios, para que as instâncias sejam também instrumentos pedagógicos de estímulo à participação. Desafio 1: Desconhecimento sobre os objetivos e limites das políticas públicas da cultura.
29. Beatriz. Oportunidade 1. Capacitação, sensibilização e divulgação do patrimônio cultural. | A interação com o Estado está, muitas vezes, desgastada, com descrença na capacidade de atuação governamental. | Oportunidade 2: Contratação de consultoria, no GDF, para escrita de projetos culturais. Oportunidade 3: Mapeamento de agentes locais, com estímulo via mecanismos criativos à participação e uso de linguagem adequada aos destinatários.
30. Laís. Desafio 1. A cultura de editais é, em si, um entrave a muitos grupos excluídos da concorrência, por desconhecimento ou não familiaridade com o instrumento. Oportunidade 1: Busca ativa por formas alternativas de construção de políticas inclusivas.
31. Wilde. Oportunidade 1. Publicização das políticas culturais, com tradução dos termos e formas de ação segundo a linguagem dos territórios. | Editais, hoje, avançaram muito na incorporação da democratização ampla como pré-requisito de produção. Oportunidade 2. Estabelecimento de valores fundamentais para a promoção de ações financiadas pelo Estado. | Quais os valores que o Estado está promovendo e o que entende por eles? Quais as diferenças territoriais que acabam implícitas nos valores expressos?
32. Laís. Temos muitas reivindicações de povos tradicionais em relação ao que é apropriado delas e não necessariamente dá retorno, nem mesmo simbólico.
33. Tico. As perguntas geradoras geram muitas outras perguntas. CONDEPAC é um lugar de disputas em torno dos valores que devem ser preservados e continuados. Oportunidade 1. Criação de mecanismos de financiamento contínuo de agentes da cultura. Desafio 1. Editais estabelecem a concorrência como forma de diálogo entre os grupos, dificultando entendimentos de que agentes formam uma rede e

compõem territórios. Desafio 2. Limitação do tempo de apresentações e brincadeiras em decorrência dos mecanismos de financiamento. Desafio 3. Quebrar barreiras e rótulos dados aos agentes da cultura popular, ainda hoje associados a algo menor. Oportunidade 2. Dar visibilidade às ciências populares e tentar incorporá-la na forma de se fazer política pública. | As brincadeiras e as manifestações já existem. Desafio 4: Editais refletirem a realidade das manifestações culturais como hoje são feitas.

34. Jéssica. No MinC, para a produção de políticas audiovisuais, houve um desafio inicial em chegar às instituições. Quando isso se tornou possível, o diálogo foi frutífero. Oportunidade 1. Descentralizar a educação patrimonial para os territórios, com fortalecimento do pertencimento e dos vínculos de memória com os bens culturais. Oportunidade 2. Fomentar espaços e formas de ocupação representativos, no conjunto das políticas públicas de cultura e do patrimônio cultural. | Editais não são a política pública, são instrumentos de efetivação associados a alguma.
35. Luênia. Oportunidade 1. Fortalecer a relação de instituições de defesa dos direitos culturais com a escola, para facilitar o acesso de estudantes e professores(as) aos espaços culturais. Oportunidade 2. Criar metodologias de sensibilização da comunidade, para sua aproximação com a perspectiva do patrimônio cultural. Oportunidade 3. Mobilizar órgãos do Estado a mudar sua linguagem de produção e comunicação da política pública. Oportunidade 4. Facilitar acesso a transporte de estudantes e agentes culturais a espaços educativos e de cultura, não somente os reconhecidos ou geridos pelo Estado.
36. Ivana. Oportunidade 1. Incluir, de fato, agentes culturais na definição dos valores próprios da política pública. Desafio 1. Não transformar a linguagem simples e a acessibilidade como mecanismos redutores da complexidade da cultura popular. Desafio 2. Os editais empobrecem, nos moldes como estão, a complexidade das manifestações da cultura.
37. As atividades da tarde foram retomadas às 14h25.
38. Laís iniciou os trabalhos lendo a descrição do Eixo 3 e de suas diretrizes.
39. Wilde. As perguntas geradoras são atravessadas por um viés mercadológico. Na ANA, as receitas de sustentação vêm de um setor regulado. A proposta de regulamentação do streaming e de seu direcionamento à produção cultural é uma

perspectiva possível. Oportunidade 1. Direcionamento de recursos específicos à cultura a partir da regulação da atividade produtiva de cultura ou vinculados ao risco ao patrimônio, como pensado com o streaming. | São necessárias fontes permanentes de fomento da cultura, que hoje não existem. Impostos pagos em decorrências de empreendimentos poderiam ser canalizados para o fomento à política. | Desafio 1. Os valores destinados ao patrimônio cultural, nos Editais e Fundos da Cultura, são irrisórios. | Desafio 2. Há risco de a segmentação da política pública da cultura em campos temáticos ser prejudicial à política do patrimônio cultural, pela desvalorização simbólica de ações relacionadas.

40. Maurício. A política fiscal do território é um modo de se angariar recursos para a preservação do patrimônio, em especial o edificado. Descontos no IPTU, por exemplo, podem ser concedidos àqueles que conservem bens culturais. O mesmo poderia se estender ao Direito de Construir, previsto em Planos Diretores, que poderia conceder benefícios fiscais a quem se dedica à preservação. Em Sidney, ocorre um mercado de Direitos de Construir, entre aqueles que se adequam aos parâmetros urbanísticos. No Setor Comercial Sul, por exemplo, prédios que são mais bem conservados podem ser objeto de comercialização do potencial de construção para outros empreendimentos. Oportunidade 1. Aproveitamento da política fiscal e de mecanismos como o Direito de Construir como formas de incentivo à preservação e à conservação de bens edificados (a exemplo do *heritage floor*, existente em Sidney, Austrália).

41. Beatriz. Prioridades, conhecimento e disponibilidade são os principais fatores que determinam o orçamento das políticas culturais. Em Minas Gerais, há, por exemplo, o ICMS cultural, que destina parte dos recursos arrecadados à política cultural. A Lei Orgânica da Cultura prevê a criação de um fundo para a política cultural no DF, ainda não criado. Desafio 1. Ausência de fundo para desenvolvimento de políticas culturais no DF, como previsto em Lei, e de mecanismos específicos para a promoção do patrimônio cultural. | O PPCUB prevê a criação de programas para a promoção dos direitos culturais, em seu artigo 37, com base em consultoria contratada pela SECEC em 2018. O dispositivo estabelece zonas urbanas de interesse de preservação, mas carece de maior regulamentação. | Desafio 2.



Ausência de regulamentação de dispositivos do PPCUB que estabelecem áreas especiais de interesse cultural.

42. Tico. A política de Pontos de Cultura foi pensada para ser um instrumento de descentralização do fomento e como forma de reconhecimento de locais nos territórios considerados como nós de expressão da diversidade cultural. Lamenta que políticas como ela não tenham continuidade e que as decisões sobre políticas culturais precisam ser negociadas de governo em governo. Desafio 1. Descontinuidade da política pública de cultura e sazonalidade dos recursos a depender da conjuntura política. | Em Brasília, as tradições estão ligadas ao futuro e a um projeto de mudança social. | A cultura é um local de escassez e que precisam urgentemente de renda, sobretudo mestres(as). | Oportunidade 1. Criação de mecanismos de transferência de renda a mestres(as) da cultura | O Estado se beneficia das criações da cultura, mas sem dar retorno devido a seus fazedores. | Oportunidade 2. Desenvolvimento de ações educativas de valorização e compartilhamento do conhecimento de mestres(as).
43. Laís. Lembrou a relação do Bumba-meu-boi no Maranhão com a fé e a devoção dos praticantes com o brinquedo como forma de expressão de vida. Esse vínculo é aproveitado pela Secretaria de Turismo local como meio de promoção de seu território.
44. Wilde. A proposta de uso da política fiscal pode escantear aqueles que não têm recursos para a conservação do patrimônio cultural. Oportunidade 1. Um fundo do patrimônio cultural deve contar com mecanismos redistributivos, para atender de forma democrática todos os bens culturais, inclusive aqueles sob responsabilidade de agentes hipossuficientes.
45. Ádila. O patrimônio arqueológico no DF ainda precisa de muito diálogo interinstitucional para avançar. Quatro agentes precisam ser mobilizados: i) Secretaria de Cultura e Economia Criativa, com quem a União compartilha responsabilidades de preservação; ii) Universidade de Brasília, por meio do Instituto de Geociências, que recebe recursos de pesquisas relacionados ao licenciamento ambiental. Desafio 1. Falta de transparência no uso de recursos pela Finatec voltados à preservação do patrimônio arqueológico. | Em 2019, foi assinado Termo de Cooperação para formalizar formas de canalização dos recursos. | iii) ICMBIO,

- por haver parques no DF que têm bens arqueológicos. | iv) Instituto Brasília Ambiental, que possui recursos próprios e bens arqueológicos em parques que administra. Oportunidade 1. Fortalecimento do diálogo com SECEC, UnB, ICMBIO, Ibram (Instituto Brasília Ambiental), para desenvolvimento de ações conjuntas de promoção do patrimônio cultural e aproveitamento de recursos já direcionados da União a instituições com obrigações de preservação.
46. Beatriz. Oportunidade 1. Criação e fortalecimento de parcerias interinstitucionais para a superação de obstáculos específicos de órgãos (assessoramento técnico, definição de normativas e programas, gestão compartilhada, etc.).
47. Laís. Trouxe o evento dos povos quilombolas (18/09) que indicou a necessidade de redes de agentes e instituições da sociedade civil e públicas.
48. O Eixo 4 foi iniciado às 15h10.
49. Laura. Indicou os desafios climáticos que serão vividos no DF: chuvas e secas mais extremas. A alternativa é a preservação de nossas bacias hidrográficas. O CUB é considerado uma cidade-parque. Desafio 1. Reduzir as desigualdades atravessadas pelo racismo ambiental e pela diferença de arborização do CUB em relação às outras RAs do DF. Oportunidade 1. Criação de um plano de manejo da vegetação do CUB.
50. Wilde. A cultura tem um grande desafio, que é expor às pessoas que há, de fato, problemas relacionados à emergência climática e para reafirmar a ciência como forma de linguagem. Este é um tema extremamente transversal, com oportunidades de interface com outras políticas públicas. O Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas não teve participação do setor cultural, sem nenhuma indicação sobre, por exemplo, o risco ao patrimônio cultural – Ouro Preto e Porto Alegre convivem diretamente com essa questão. Os órgãos de cultura ainda não conseguem se inserir, quanto a este problema, nos processos de diálogo que já existem. | Oportunidade 1. Inserção do campo da cultura nos esforços políticos de debate sobre os Planos de Enfrentamento e Adaptação às Mudanças Climáticas. | O Plano Piloto tem a vegetação como um de seus componentes e, hoje, ela assume um caráter de medida de adaptação. Em Planaltina, a Pedra Fundamental assume também um caráter de paisagem e de formação da identidade da comunidade em relação ao bem cultural.

51. Tico. Agradece a realização do evento. A mitologia do Seu Estrelo é de criação do mundo. Antes, era veiculada apenas de forma oral. Depois, foi escrita, durante a pandemia, como forma de compartilhar os saberes associados ao brinquedo. Krenak disse, sobre a mitologia, que o impressionante dela é que o “mundo nasce todo dia”. Tetê Catalão dizia que se você não gosta da cidade, não precisa se mudar dela, mas mudá-la. A cultura popular carrega esse caráter de eterna transformação e de reinvenção. Ainda hoje pensamos que a humanidade é o centro do mundo e transformar nossa relação com o mundo é também transformar esse paradigma, reconhecendo outras coisas como seres que habitam e vivem o mundo, que o compõem. Precisamos nos livrar ou pelo menos nos afastar do paradigma da utilidade, assumindo o cuidado que a cultura popular tem para com aqueles que a fazem e de olhar o mundo com uma perspectiva mais encantada. Oportunidade 1. Vincular o patrimônio cultural ao território, como meio de conexão com mestres(as) e fazedores(as) da cultura, fortalecendo os espaços onde são realizadas e formadas as culturas. | Igrejas evangélicas têm hoje todo o apoio do Estado para que continuem existindo, mas isso não é estendido a casas, terreiros e espaços da cultura. Convidou os(as) presentes a participarem da Oficina com Luiz Rufino, na sede do Seu Estrelo, às 17h.
52. Jaqueline. Mestres(as) precisam ser valorizados e deveriam ter reconhecidas suas trajetórias por algum mecanismo de compensação financeira. Oportunidade 1. Criação de mecanismo de concessão/transferência de renda a mestres(as) da capoeira e a outros(as) da cultura. No turismo, há um potencial grande para o aumento da renda do patrimônio cultural, sem que o contato entre turistas e fazedores(as) seja de exploração e pouca visibilidade. Oportunidade 2. Aproveitar potencial turístico dos bens culturais, com real distribuição de recursos a fazedores(as) da cultura
53. Lola. Oportunidade 1. Fortalecimento de parcerias entre Iphan e Conselhos de Cultura e de Meio Ambiente. | Há desafios que os mestres se propõem: como preservar a memória do território? No Guará, os espaços culturais carecem de financiamento e de ações de proteção por parte do Governo do Distrito Federal, sem que a população possa opinar sobre. Mudanças urbanísticas no DF, como a expansão do Park Sul, vêm afetando a paisagem urbana do Guará e de outros

territórios próximos. | Oportunidade 2. Criação de rotas de conhecimentos e saberes do território, pela articulação entre diferentes órgãos. Desafio 1. Ausência de ou dificuldades de participação das comunidades na formulação de políticas para o território. Oportunidade 3. Criação de calendário de promoção do patrimônio cultural nas escolas, com participação do Iphan e de outros órgãos ligados à cultura, inclusive os Conselho, como forma de promover a relação entre identidade e território.

54. Laura. O desenvolvimento sustentável do patrimônio cultural precisa passar pela ideia de conservação preventiva. | Desafio 1. Sensibilização de gestores(as) para a relevância da conservação preventiva como forma mais efetiva, econômica e ambientalmente justa de preservação do patrimônio.
55. Beatriz. A Feira do Guará teve análise de mérito favorável ao reconhecimento como patrimônio material do DF. Na Lei de Responsabilidade Fiscal do DF, há um dispositivo que prevê o princípio da conservação preventiva do patrimônio imobiliário local, vinculando-o à concessão de potencial construtivo de expansão urbana. A restauração é um atestado de incompetência do processo de conservação de obras. | Oportunidade 1. O Sistema pode ser um fórum de cooperação técnica entre entes federativos na promoção do território e na superação de dificuldades/carências individuais dos órgãos de Estado.
56. Wilde. Convida o público a assistir a exibição do filme Menino, quem foi seu mestre?, longa-metragem feito como homenagem a mestres e mestras da capoeira.
57. O evento foi finalizado às 16h05.